REVISTA ERR01 ISSN: 2595-1378

ADOECIMENTO DOCENTE E OS IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO: UM OLHAR SOBRE SAÚDE MENTAL, CONDIÇÕES DE TRABALHO E POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

TEACHER ILLNESS AND ITS IMPACTS ON QUALITY OF EDUCATION: A LOOK AT MENTAL HEALTH, WORKING CONDITIONS AND TEACHER APPRECIATION POLICIES

ENFERMEDADES DOCENTES Y SUS IMPACTOS EN LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN: UNA MIRADA A LA SALUD MENTAL, LAS CONDICIONES LABORALES Y LAS POLÍTICAS DE VALORACIÓN DOCENTE

https://doi.org/10.56238/ERR01v10n4-008

Teresa Cristina Ferreira da Silva
Mestre em Saúde Coletiva
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo
E-mail: cristina.ferreira@professor.fafia.edu.br

Emerson Soares Santos
Mestre em Ciências das Religiões
Instituição: Faculdade Unida de Vitória
E-mail: emerson@editoralattice.com.br

Vanderleia Loss Pugnal
Mestranda Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: vlpugnal@gmail.com

Vânia Maria do Nascimento Duarte
Mestranda Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: vaniamarianascimentoduarte@gmail.com

Sarah Cotta Zanardo Aureliano
Doutoranda Ciências da Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
E-mail: szanardo@hotmail.com

Rosangela do Carmo dos Santos
Mestranda Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: rozinha.cp@gmail.com

ISSN: 2595-1378

Ivone Ferreira
Mestranda Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: ivoneferreira26075@student.mustedu.com

Eliane Pereira Lopes
Mestre em Educação
Instituição: Must University
E-mail: el087206@gmail.com

Edinan Paulo de Almeida Bertocho
Mestrando Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: edinanbertocho@gmail.com

Clícia Camila Ferreira Jardim
Mestre em Educação
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
E-mail: cliciaferreirajardim123@outlook.com

Maria Clenilda Lima da Silva
Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: mariasilva18733@student.mustedu.com

RESUMO
O adoecimento docente constitui um fenômeno que vem adquirindo visibilidade no cenário educacional contemporâneo, uma vez que impacta diretamente a qualidade do ensino e a saúde do trabalhador da educação. A intensificação das demandas escolares, a sobrecarga de atividades, a precarização das condições de trabalho e a insuficiência de políticas efetivas de valorização profissional têm contribuído para o aumento de problemas relacionados ao estresse, à ansiedade e à depressão entre professores. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o adoecimento docente e seus impactos na qualidade do ensino, a partir de uma revisão bibliográfica que aborde a saúde mental, as condições de trabalho e as políticas de valorização do professor. A justificativa para a escolha do tema reside na necessidade de compreender como os fatores ligados à saúde e ao ambiente laboral repercutem na prática pedagógica e na aprendizagem dos estudantes, bem como de identificar estratégias que favoreçam o fortalecimento da profissão. A relevância do estudo encontra-se na contribuição para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas que considerem a valorização docente como elemento essencial para a consolidação de uma educação de qualidade. A metodologia utilizada baseia-se na revisão bibliográfica de obras e publicações que discutem a relação entre saúde, trabalho docente e políticas educacionais. Espera-se que a pesquisa contribua para ampliar a compreensão sobre o tema, oferecendo subsídios para a construção de práticas institucionais e políticas integradas voltadas à promoção da saúde do professor e à melhoria do ensino.

Palavras-chave: Adoecimento Docente. Saúde Mental. Condições de Trabalho. Valorização do Professor.

ABSTRACT
Teacher illness is a phenomenon that has been gaining prominence in the contemporary educational landscape, as it directly impacts the quality of teaching and the health of education workers. The intensification of school demands, the overload of activities, the precariousness of working conditions, and the lack of effective professional development policies have contributed to the increase in problems related to stress, anxiety, and depression among teachers. Given this context, this research aims to analyze teacher illness and its impacts on teaching quality, based on a literature review that addresses mental health, working conditions, and teacher development policies. The justification for choosing this topic lies in the need to understand how factors related to health and the work environment impact pedagogical practice and student learning, as well as to identify strategies that favor the strengthening of the profession. The relevance of the study lies in its contribution to academic debate and the formulation of public policies that consider teacher development as an essential element for the consolidation of quality education. The methodology used is based on a bibliographic review of works and publications that discuss the relationship between health, teaching work, and educational policies. The research is expected to contribute to broadening understanding of the topic, providing support for the development of institutional practices and integrated policies aimed at promoting teacher health and improving teaching.

Keywords: Teacher Illness. Mental Health. Working Conditions. Teacher Appreciation.

RESUMEN
La enfermedad docente es un fenómeno que ha cobrado relevancia en el panorama educativo contemporáneo, ya que impacta directamente en la calidad de la enseñanza y la salud del personal docente. La intensificación de las exigencias escolares, la sobrecarga de actividades, la precariedad laboral y la falta de políticas efectivas de desarrollo profesional han contribuido al aumento de problemas relacionados con el estrés, la ansiedad y la depresión en el profesorado. En este contexto, esta investigación busca analizar la enfermedad docente y su impacto en la calidad docente, a partir de una revisión bibliográfica que aborda la salud mental, las condiciones laborales y las políticas de desarrollo docente. La elección de este tema se justifica por la necesidad de comprender cómo los factores relacionados con la salud y el entorno laboral impactan en la práctica pedagógica y el aprendizaje estudiantil, así como de identificar estrategias que favorezcan el fortalecimiento de la profesión. La relevancia del estudio radica en su contribución al debate académico y a la formulación de políticas públicas que consideren el desarrollo docente como un elemento esencial para la consolidación de una educación de calidad. La metodología empleada se basa en una revisión bibliográfica de trabajos y publicaciones que abordan la relación entre la salud, la labor docente y las políticas educativas. Se espera que la investigación contribuya a ampliar la comprensión del tema, apoyando el desarrollo de prácticas institucionales y políticas integradas destinadas a promover la salud docente y mejorar la docencia.

Palabras clave: Enfermedad Docente. Salud Mental. Condiciones Laborales. Valoración Docente.

ISSN: 2595-1378

1 INTRODUÇÃO

A docência no contexto contemporâneo apresenta desafios que ultrapassam o âmbito pedagógico e atingem dimensões físicas, emocionais e sociais da vida do professor. O cenário educacional brasileiro tem revelado índices crescentes de adoecimento entre profissionais da educação, especialmente em decorrência das pressões associadas à intensificação das atividades, à precarização das condições de trabalho e à ausência de políticas efetivas de valorização. O ambiente escolar, marcado por demandas cada vez mais complexas e por responsabilidades que se estendem além do espaço da sala de aula, expõe o docente a situações de estresse, ansiedade, depressão e outras manifestações que comprometem sua saúde mental e interferem diretamente na qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a análise da relação entre o adoecimento docente, as condições de trabalho e as políticas públicas torna-se necessária para compreender os impactos dessa realidade sobre a efetividade da prática pedagógica e sobre o desempenho dos estudantes.

A relevância do estudo reside na constatação de que a saúde do professor constitui fator determinante para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. O adoecimento compromete não apenas o bem-estar individual do docente, mas também a construção de vínculos pedagógicos consistentes, a manutenção de um ambiente escolar saudável e a promoção de experiências formativas significativas para os alunos. Além disso, compreender a relação entre saúde, condições de trabalho e valorização profissional permite identificar caminhos que fortaleçam a atuação do professor e contribuam para a consolidação de políticas públicas mais eficazes. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de aprofundar a reflexão acadêmica sobre um fenômeno que, embora amplamente vivenciado no cotidiano escolar, ainda carece de análises integradas que articulem aspectos subjetivos, estruturais e institucionais.

O problema central que orienta esta investigação pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma o adoecimento docente impacta a qualidade do ensino, considerando as condições de trabalho e as políticas de valorização do professor?

Diante dessa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar o adoecimento docente e seus impactos na qualidade do ensino, a partir de uma revisão bibliográfica que aborde a saúde mental, as condições de trabalho e as políticas de valorização do professor. Para alcançar tal finalidade, foram definidos os seguintes objetivos específicos: compreender as perspectivas teóricas sobre o adoecimento docente, destacando a saúde mental, os fatores as consequências para o exercício da profissão; examinar as condições de trabalho e sua relação com a qualidade do ensino, enfatizando a sobrecarga, a precarização e seus efeitos sobre a aprendizagem dos estudantes; e investigar as políticas de valorização do professor, discutindo seus avanços, limites e desafios na promoção da saúde e na melhoria do ensino.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou a metodologia de revisão bibliográfica, por se tratar de um estudo que busca reunir, analisar e sistematizar conhecimentos previamente produzidos sobre o adoecimento docente, suas repercussões na qualidade do ensino, as condições de trabalho e as políticas de valorização do professor. A seleção das publicações seguiu um procedimento estruturado, iniciado pela definição de descritores específicos, tais como “adoecimento docente”, “saúde mental do professor”, “condições de trabalho docente” e “valorização do professor”, com o intuito de abranger diferentes dimensões do tema. Para a coleta de materiais, foram utilizadas plataformas acadêmicas e bases de dados reconhecidas, incluindo periódicos nacionais e internacionais, livros especializados e documentos oficiais de órgãos educacionais.

O processo de seleção consistiu inicialmente na leitura dos títulos, com posterior identificação daqueles que apresentavam pertinência direta com o objeto de estudo. Em seguida, foram analisados os resumos das obras pré-selecionadas, permitindo excluir publicações que não abordavam de maneira consistente os elementos centrais da investigação. As obras consideradas relevantes foram lidas na íntegra, possibilitando a construção das perspectivas teóricas dos autores que fundamentam o referencial do estudo. A análise crítica dessas contribuições permitiu identificar padrões, convergências e divergências nas abordagens sobre saúde mental, condições laborais e políticas de valorização, constituindo a base para a elaboração dos resultados e discussões da pesquisa.

O procedimento metodológico adotado assegura a sistematização do conhecimento disponível, favorecendo a articulação entre teoria e análise crítica, e fornece subsídios consistentes para a compreensão do impacto do adoecimento docente sobre a qualidade do ensino e para a proposição de reflexões sobre políticas públicas e práticas institucionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DOCENTES NA CONTEMPORANEIDADE

De acordo com o que afirmam Santos e Silva (2022), o trabalho docente caracteriza-se por apresentar níveis elevados de estresse e reduções significativas no bem-estar em comparação a outras ocupações formais, evidenciando a singularidade das demandas a que os profissionais da educação estão submetidos. Estudos realizados no contexto brasileiro, como a pesquisa Educatel de 2017, apontam que a saúde e a capacidade para o trabalho dos professores da Educação Básica encontram-se comprometidas de maneira relevante, sendo as condições laborais o principal fator associado a essa situação. Fatores como sobrecarga de atividades, demandas administrativas, elevada responsabilidade pedagógica e exposição contínua a situações de conflito contribuem para o desgaste físico e emocional do docente, influenciando diretamente sua qualidade de vida e desempenho profissional.

Santos e Silva (2022) também asseveram que os dados coletados pela pesquisa Educatel revelaram que, em determinado período, aproximadamente 71% dos professores da rede pública registraram afastamentos do trabalho em função de condições de saúde relacionadas ao exercício profissional, indicando que o adoecimento docente não se restringe a sintomas isolados, mas manifesta-se como um fenômeno coletivo que afeta substancialmente a força de trabalho educacional. A correlação entre condições de trabalho inadequadas e a ocorrência de distúrbios psíquicos demonstra que políticas institucionais, infraestrutura escolar insuficiente, acúmulo de funções e falta de suporte administrativo configuram determinantes estruturais do estresse ocupacional, ressaltando a necessidade de medidas voltadas à promoção da saúde e à prevenção do adoecimento no contexto escolar.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece a docência como uma atividade de risco desde 1981, o que reflete a constatação de que o ambiente educacional envolve fatores de pressão contínua, responsabilidades múltiplas e exposição a situações de vulnerabilidade emocional. Tal reconhecimento explica, em parte, o baixo nível de atratividade da carreira docente e a crescente escassez de profissionais, especialmente nos anos iniciais da educação básica, quando o papel do professor é determinante para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional das crianças. Assim, compreender o trabalho docente como um contexto marcado por risco ocupacional e elevados índices de estresse permite fundamentar estratégias de intervenção voltadas à valorização do professor, à melhoria das condições laborais e à promoção de políticas públicas que assegurem saúde, bem-estar e sustentabilidade da carreira profissional (Santos; Silva, 2022).

A pesquisa realizada por Diehl e Marin (2016) abordou a saúde do professor como tema de crescente relevância, considerando a elevada exposição desses profissionais a fatores de estresse no cotidiano escolar. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, os autores analisaram produções científicas nacionais publicadas entre 2010 e 2015, com o objetivo de identificar os principais sintomas e adoecimentos psíquicos observados entre professores brasileiros. O estudo buscou consolidar evidências sobre a dimensão do adoecimento mental docente e compreender como diferentes investigações têm se debruçado sobre essa questão no contexto educacional.

A seleção dos artigos analisados por Diehl e Marin (2016) seguiu critérios de elegibilidade e análise rigorosos, fundamentados nas diretrizes do PRISMA, o que assegurou a padronização e a qualidade metodológica da revisão. Dos 97 artigos inicialmente identificados, 15 atenderam aos critérios de inclusão e foram analisados em profundidade, evidenciando o interesse multidisciplinar sobre o tema e a predominância de estudos descritivos e correlacionais, bem como a recorrência de investigações voltadas para escolas públicas e instituições de Ensino Fundamental.

ISSN: 2595-1378

Os resultados indicaram que a síndrome de burnout constitui o principal adoecimento mental investigado entre professores, enquanto os sintomas mais frequentes incluem estresse e ansiedade. Essas evidências destacam a necessidade de atenção contínua à saúde mental docente e fornecem subsídios para o planejamento de intervenções direcionadas à prevenção e ao manejo de fatores de risco psicossociais no ambiente escolar. Ademais, os achados sugerem que novas pesquisas podem explorar estratégias de promoção do bem-estar e avaliar a eficácia de políticas institucionais voltadas à valorização profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a sustentabilidade do trabalho docente (Diehl; Marin, 2016).

Outrossim, o estudo conduzido por Tostes (2018) investigou o sofrimento mental de professores do ensino público do estado do Paraná, com foco na identificação de distúrbios psíquicos e suas relações com variáveis sociodemográficas e condições de trabalho. A pesquisa adotou um delineamento transversal e contou com a participação de 1.021 docentes, permitindo a análise de padrões de saúde mental em uma amostra representativa do contexto educacional regional. Para a avaliação dos distúrbios psíquicos menores, utilizou-se o *Self-Report Questionnaire,* enquanto os inventários de ansiedade e depressão de Beck foram aplicados para identificar sintomas específicos dessas condições. Complementarmente, os participantes responderam a questionários sociodemográficos e de morbidade autorreferida, o que possibilitou relacionar indicadores de sofrimento mental a características individuais e laborais.

A análise dos dados foi conduzida por Tostes (2018) por meio de testes estatísticos robustos, incluindo Qui-quadrado, Exato de Fisher e Kruskal-Wallis, garantindo a consistência das associações identificadas. Os resultados indicaram que 75% da amostra apresentava distúrbios psíquicos menores, 44% manifestavam sintomas compatíveis com depressão e 70% relatava ansiedade. Observou-se associação estatisticamente significativa desses sintomas com o sexo feminino, a presença de outras doenças, o hábito de levar trabalho para casa e o exercício da docência no ensino fundamental, evidenciando que determinados contextos e condições laborais contribuem para o agravamento do sofrimento mental docente.

Nessa senda, os achados do estudo de Tostes (2018) revelam que o sofrimento mental é um fenômeno expressivo entre professores do ensino público, destacando a relevância das condições de trabalho como determinantes da saúde psicológica. A identificação das relações entre sintomas e variáveis específicas permite compreender a magnitude do impacto emocional das atividades docentes e fornece subsídios para a formulação de intervenções preventivas e estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental.

O estudo desenvolvido por Simões, Maranhão e Sena (2015) buscou examinar a presença de indícios da síndrome de burnout em docentes vinculados a uma instituição federal de ensino superior

situada na cidade de Mariana, em Minas Gerais, considerando as implicações dessa condição tanto para a saúde do professor quanto para a dinâmica institucional. A investigação partiu da compreensão de que o burnout constitui uma das manifestações mais recorrentes do adoecimento docente, configurando-se como síndrome caracterizada pela exaustão emocional, pela despersonalização e pela diminuição da realização profissional, fatores que afetam não apenas o desempenho individual, mas também o ambiente coletivo de trabalho.

Com a finalidade de identificar a ocorrência e o nível da síndrome nos participantes, a pesquisa adotou uma abordagem mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos. Para tanto, foram utilizados dois instrumentos: o questionário sociofuncional, destinado a traçar o perfil dos docentes, e o *Maslach Burnout Inventory Educators Survey-ES*, ferramenta amplamente reconhecida para avaliar dimensões relacionadas ao burnout em profissionais da educação. Essa escolha metodológica permitiu conjugar informações objetivas acerca das condições de trabalho e da trajetória profissional com a mensuração de aspectos subjetivos ligados ao bem-estar psicológico e ao desgaste laboral, fornecendo uma visão mais abrangente do fenômeno (Simões; Maranhão; Sena, 2015).

Os resultados obtidos demonstraram que, embora nenhum professor tenha sido diagnosticado com a síndrome de forma efetiva, foram identificados vestígios que indicam a possibilidade de seu desenvolvimento. Esses indícios se relacionaram a situações de desgaste emocional, percepções de sobrecarga e sinais de comprometimento da motivação e da satisfação com o trabalho. A constatação de tais elementos sugere que, ainda que não se configure um quadro clínico consolidado, existem condições institucionais e individuais que favorecem o avanço da síndrome, revelando a necessidade de acompanhamento contínuo e de intervenções preventivas (Simões; Maranhão; Sena, 2015).

A pesquisa evidencia, portanto, que o adoecimento docente não pode ser analisado apenas em termos da manifestação plena de síndromes ou doenças, mas também a partir de indícios que sinalizam riscos futuros e comprometimentos latentes. Esse olhar prospectivo contribui para compreender que o burnout, mesmo em estágios iniciais, já interfere nas relações de trabalho, na qualidade das práticas pedagógicas e no clima organizacional da instituição de ensino. O estudo reforça ainda que os professores, enquanto sujeitos que lidam cotidianamente com pressões relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, encontram-se expostos a fatores de risco que se acumulam e podem desencadear consequências de maior gravidade caso não sejam enfrentados adequadamente (Simões; Maranhão; Sena, 2015).

Nesse sentido, os resultados contribuem para o debate sobre a necessidade de políticas de valorização, apoio psicossocial e adequação das condições laborais, que se mostram fundamentais para a manutenção do bem-estar docente e para a garantia da qualidade do ensino.

ISSN: 2595-1378

3.2 CONSEQUÊNCIAS DO ADOECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DOCENTES PARA O SISTEMA DE ENSINO E PARA A SAÚDE DO PROFESSOR

Para Martins (2025), o adoecimento de professores exerce impactos significativos tanto sobre a saúde individual dos profissionais quanto sobre o funcionamento das instituições educacionais e a qualidade do ensino ofertado. No plano pessoal, o desgaste físico e emocional resultante de condições laborais intensas e de demandas excessivas compromete a capacidade do docente de executar atividades pedagógicas com atenção, criatividade e consistência, afetando aspectos cognitivos e emocionais essenciais para a prática educativa. Sintomas recorrentes, como fadiga persistente, alterações no sono, irritabilidade e diminuição da concentração, reduzem a eficácia na preparação de aulas, na mediação de conflitos em sala e no acompanhamento do desempenho dos estudantes, repercutindo negativamente sobre a experiência de aprendizagem.

No âmbito institucional, o adoecimento docente se traduz em aumento de afastamentos temporários e prolongados, substituições emergenciais e reorganizações administrativas que alteram a continuidade do processo pedagógico. A instabilidade decorrente de ausências frequentes compromete a gestão curricular, reduz a uniformidade na aplicação de métodos e dificulta o acompanhamento longitudinal do progresso dos alunos, gerando lacunas na aprendizagem e dificultando a consolidação de práticas pedagógicas estruturadas. Além disso, a necessidade de cobrir turmas ou funções de professores ausentes sobrecarrega colegas remanescentes, intensificando o risco de adoecimento coletivo e criando um ciclo de sobrecarga e déficit de desempenho no sistema de ensino (Souza *et al*, 2017; Peixoto *et al*, 2020; Silva; Coutinho, 2020).

Adicionalmente, o impacto do adoecimento sobre a saúde do professor reflete-se na percepção de insatisfação profissional, diminuição do engajamento e aumento da vulnerabilidade a condições psicológicas mais severas, incluindo ansiedade, depressão e transtornos relacionados ao estresse ocupacional. Essa situação evidencia que a sustentabilidade do trabalho docente depende da articulação entre políticas institucionais que promovam condições de trabalho equilibradas e medidas de suporte à saúde mental, capazes de reduzir os efeitos negativos sobre os indivíduos e mitigar prejuízos ao funcionamento do sistema educacional (Souza; Coutinho, 2018; Alvez; Neto, 2019).

Conforme informações do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (2024), as transformações ocorridas no campo educacional nas últimas décadas alteraram significativamente a natureza da profissão docente, impondo novos desafios que ultrapassam o espaço da sala de aula e repercutem diretamente na saúde física e mental dos profissionais. A intensificação das demandas sociais sobre a educação, acompanhada pela ampliação das responsabilidades atribuídas ao professor, contribuiu para um cenário em que a pressão constante compromete tanto a relação do educador com os estudantes quanto a relação consigo mesmo. Esse contexto tem chamado a atenção de pesquisadores

e órgãos institucionais para a necessidade de compreender os impactos psicossociais da docência e suas implicações no ambiente de trabalho.

Tais preocupações encontram respaldo em estudos recentes, como o livro Seminários Trabalho e Saúde dos Professores. Precarização, Adoecimento e Caminhos para a Mudança, publicado em 2023 pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), instituição vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A obra evidencia que, independentemente de atuarem em redes públicas ou privadas, os professores vivenciam um conjunto de enfermidades que, em sua maioria, são de ordem mental e superam a incidência de problemas físicos. A síndrome de burnout, o estresse e a depressão figuram entre os distúrbios mais recorrentes, enquanto doenças de ordem física se concentram principalmente em distúrbios vocais e osteomusculares, relacionados ao esforço contínuo e às condições de trabalho (TRT, 2024).

Esse panorama é confirmado por pesquisas regionais, como a 2ª Pesquisa de Saúde Docente, realizada em 2021 pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), com mais de 1,5 mil docentes. O levantamento demonstrou que a ansiedade e a insegurança psicológica foram mencionadas por 53% dos participantes, seguidas do esgotamento mental, associado à síndrome de burnout, relatado por 44%. Entre os que afirmaram possuir doenças crônicas, 34% apontaram a depressão como a terceira enfermidade mais recorrente, ao passo que a ansiedade ocupou a sétima posição. Esses dados reforçam a ideia de que os danos emocionais ligados ao exercício da profissão possuem grande relevância e se configuram como um problema coletivo da categoria (TRT, 2024).

Outro dado alarmante refere-se ao fato de 68,5% dos professores entrevistados em Santa Catarina terem declarado que foram trabalhar mesmo doentes ou sentindo fortes dores no ano base da pesquisa, 2020. Essa conduta esteve associada, principalmente, ao receio de atrasar o cumprimento do conteúdo pedagógico, considerado prejudicial ao processo de ensino-aprendizagem. Em segundo plano, destacou-se a ausência de consulta médica ou de atestado que justificasse o afastamento, e, por fim, o medo de utilizar o atestado e ser afastado das atividades, o que novamente resultaria na interrupção do andamento das aulas. Esses comportamentos revelam a força da pressão simbólica e institucional que atua sobre os professores, fazendo com que a preservação da continuidade do calendário escolar prevaleça, muitas vezes, em detrimento da preservação da própria saúde (TRT, 2024).

O conjunto de evidências expostas revela que a docência está marcada por um processo contínuo de desgaste, que se intensifica à medida que as condições de trabalho permanecem precarizadas e que o suporte institucional se mostra insuficiente para lidar com as demandas psicológicas impostas pela profissão. O enfrentamento desse cenário requer não apenas o

reconhecimento da gravidade da situação, mas também a implementação de políticas efetivas de saúde ocupacional voltadas especificamente à categoria, capazes de assegurar condições adequadas de trabalho, acompanhamento preventivo e acesso a cuidados especializados. Nesse sentido, compreender a saúde mental do professor como parte essencial da qualidade educacional torna-se um passo indispensável para garantir tanto a valorização da profissão quanto a continuidade de um sistema de ensino que se sustente de forma equitativa e eficaz.

Dessa forma compreensão das consequências do adoecimento docente permite, portanto, identificar estratégias integradas de prevenção, promover ambientes de ensino mais estáveis e fortalecer a resiliência profissional, garantindo a continuidade e a qualidade das práticas pedagógicas.

3.3 DEMANDAS E SOBRECARGA PROFISSIONAL: PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Carvalho Machado e Cecílio (2024) afirmam que o exercício da docência está marcado por exigências que ultrapassam o espaço da sala de aula e repercutem diretamente sobre a organização da vida pessoal e profissional do educador. As demandas inerentes à prática pedagógica não se limitam ao planejamento de aulas, à elaboração de materiais didáticos e à correção de atividades, mas estendem-se à participação em reuniões administrativas, ao cumprimento de prazos burocráticos e à constante atualização diante das transformações curriculares e tecnológicas. Esse conjunto de responsabilidades intensifica a carga de trabalho e amplia o tempo dedicado às funções escolares, muitas vezes sem a devida compensação em termos de reconhecimento ou condições adequadas de execução.

A sobrecarga profissional, como explicam Silva *et al* (2023, manifesta-se de maneira evidente quando se observa a multiplicidade de tarefas atribuídas ao docente, que frequentemente extrapolam sua jornada contratual. O tempo que deveria ser destinado ao descanso, ao convívio social ou à recuperação física e mental é, com frequência, ocupado por correções, preparação de relatórios e estudos complementares. Essa extensão da atividade laboral para além do ambiente institucional contribui para o desgaste físico e psicológico, configurando um cenário em que as fronteiras entre vida profissional e pessoal se tornam difusas. Tal processo compromete a qualidade de vida e acarreta efeitos adversos na motivação e no engajamento com o trabalho.

Outro aspecto relevante da sobrecarga é a heterogeneidade dos contextos escolares, que impõe ao professor o desafio de lidar com turmas numerosas, diversidade sociocultural dos estudantes e, em muitos casos, precariedade estrutural. A necessidade de responder a diferentes demandas de aprendizagem, ao mesmo tempo em que se enfrenta a insuficiência de recursos didáticos e apoio institucional, aumenta significativamente a pressão sobre o profissional. Ademais, a imposição de

ISSN: 2595-1378

metas de desempenho e avaliações externas intensifica a percepção de cobrança constante, gerando um ambiente de tensão que repercute diretamente na saúde e na permanência dos professores na carreira (Eugênio; Souzas; Di Lauro, 2017).

A somatória desses fatores evidencia que a docência não pode ser analisada apenas como um ofício vinculado ao ato de ensinar, mas como uma prática atravessada por múltiplas dimensões de responsabilidade que tendem a se acumular e se sobrepor. A sobrecarga resultante dessas demandas não afeta somente o indivíduo, mas repercute na qualidade do ensino oferecido, uma vez que o desgaste compromete a capacidade de inovação, de planejamento e de interação pedagógica. Por essa razão, compreender a relação entre demandas profissionais e sobrecarga torna-se fundamental para a formulação de estratégias institucionais que assegurem a sustentabilidade da atividade docente e o fortalecimento do processo educativo (Penteado; Souza Neto, 2019).

A pesquisa realizada por Campos, Véras e Araújo (2020) analisa de maneira sistemática as novas configurações do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras, destacando um processo contínuo de precarização. Os autores observam que a intensificação da jornada diária, a flexibilização dos vínculos laborais e a sobrecarga de atividades acadêmicas têm se consolidado como elementos estruturantes da rotina profissional, enquanto a escassez de financiamento e o sucateamento da infraestrutura comprometem o desempenho das funções de ensino, pesquisa e extensão. Essa realidade evidencia não apenas um cenário de deterioração das condições de trabalho, mas também a fragilidade das políticas institucionais voltadas à valorização da carreira docente.

Os impactos desse quadro ultrapassam a esfera profissional e repercutem diretamente sobre a saúde mental dos docentes. A revisão realizada demonstra que elevadas taxas de prevalência de Síndrome de Burnout e de Transtornos Mentais Comuns foram identificadas em pesquisas epidemiológicas aplicadas nesse grupo, indicando a magnitude do adoecimento que se manifesta por meio de sintomas como exaustão emocional, despersonalização e comprometimento da realização pessoal. Ao relacionar esses dados ao contexto de intensificação do trabalho e falta de recursos, os autores revelam como as pressões institucionais e a ausência de suporte adequado contribuem para o desgaste contínuo, que ameaça tanto a permanência na carreira quanto a qualidade das práticas acadêmicas. Nesse sentido, Campos, Véras e Araújo (2020, p. 14-15) afirmam:

> Com a hegemonia do neoliberalismo que atingiu a universidade pública brasileira a partir da década de 1990, passaram a compor o cenário do trabalho docente características próprias da forma de organização social do capitalismo, com valorização da produtividade e do lucro. Variadas formas de precarização do trabalho passaram a ser realidade dentro das instituições universitárias gerando impactos tanto na rotina do trabalho quanto na saúde dos docentes. As novas configurações de trabalho, marcadas pela intensificação da jornada, sobrecarga de trabalho, superposição de atividades e excesso de controle pela instituição, inibem a manifestação dos comportamentos livres dos docentes reduzindo sua satisfação e autonomia.

ISSN: 2595-1378

> Consequentemente, o trabalho tem gerado sofrimento e, muitas vezes, adoecimento mental na medida em que os desejos do docente entram em conflito com a organização e demandas do trabalho. Neste sentido, considera-se importante reavaliar criticamente os valores produtivistas que estão norteando as universidades públicas brasileiras e seus impactos na saúde mental dos docentes, especialmente no que diz respeito à lógica das avaliações, dos prazos, das cobranças e inúmeras exigências que subordinam esses trabalhadores a situações precárias de trabalho.

A investigação ressalta ainda a importância de compreender a atividade docente em universidades públicas em seus elementos constitutivos, pois somente por meio dessa análise é possível estabelecer conexões entre as condições estruturais de trabalho e os processos de adoecimento mental. Ao enfatizar a relação entre precarização, sobrecarga e saúde psíquica, Campos, Véras e Araújo (2020) reforçam a necessidade de ampliar os debates sobre políticas de financiamento, valorização profissional e promoção da saúde, de modo a assegurar um ambiente institucional capaz de sustentar a complexidade das funções acadêmicas e reduzir os impactos negativos sobre os indivíduos e o sistema educacional.

Como complemento, a pesquisa de Viegas (2022) buscou compreender as propriedades e características da intensificação e da sobrecarga de trabalho que marcam a experiência de professoras e professores da educação básica em dezoito municípios do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, durante os anos de 2018 e 2019. O estudo fundamentou-se em dados quantitativos, obtidos por meio da aplicação de questionários a uma amostra de 204 docentes da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e também em dados qualitativos, advindos de entrevistas e grupos de discussão. O referencial teórico utilizado teve como base a sociologia do trabalho, permitindo a análise das categorias centrais relacionadas à intensificação, à sobrecarga e às condições de exercício docente, assim como à divisão e organização das atividades nas instituições escolares.

A investigação destaca-se pela relevância em tempos de intensificação da precarização laboral e de ampliação das responsabilidades dos educadores, muitas delas vinculadas às reformas neoliberais e às transformações no modo de produção econômica que repercutem diretamente na organização da escola. Ao descrever e analisar tais dinâmicas, o estudo demonstra que a docência tem sido progressivamente marcada por exigências crescentes de produtividade, acompanhamento de múltiplas demandas administrativas e pedagógicas e pela cobrança por resultados em avaliações externas, o que compromete o equilíbrio entre o tempo de trabalho formal e a vida privada. Esse cenário reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre as consequências da intensificação das funções docentes, especialmente no que se refere ao bem-estar e à permanência na profissão (Viegas, 2022).

Os resultados revelam que os docentes pesquisados se encontram em jornadas permanentes de dedicação ao trabalho, que frequentemente se estendem para além do ambiente escolar, alcançando o espaço doméstico. Essa diluição das fronteiras entre as esferas pessoal e profissional contribui para a

constituição de condições adversas que favorecem o adoecimento, marcado pelo esgotamento físico, pela exaustão mental e pelo desgaste emocional. A análise realizada por Viegas (2022) evidencia, portanto, que a intensificação e a sobrecarga não apenas alteram o cotidiano dos professores, mas também produzem impactos significativos sobre a saúde, apontando para a urgência de políticas que enfrentem os efeitos da precarização e promovam a valorização do trabalho docente.

3.4 A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

As políticas públicas voltadas à saúde mental no Brasil, conforme Oliveira e Santos (2024), consolidaram-se de forma mais estruturada a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), resultado de amplos processos de mobilização social e de transformações institucionais. A descentralização administrativa e a inclusão da saúde mental como dimensão essencial da saúde integral permitiram a constituição de um modelo que buscou romper com práticas excludentes e hospitalocêntricas, substituindo-as por estratégias de cuidado territorializadas, interdisciplinares e próximas da realidade comunitária. Nesse contexto, as diretrizes brasileiras de saúde mental ganharam reconhecimento pela valorização do atendimento humanizado e pela incorporação da perspectiva da reabilitação psicossocial como eixo norteador das ações.

No entanto, conforme salientam Oliveira e Santos (2024), o percurso dessas políticas tem sido marcado por constantes disputas políticas, econômicas e ideológicas. Nos últimos anos, observa-se um processo de desmonte por meio de medidas executivas e legislativas que fragilizam os avanços conquistados, especialmente naquilo que se refere ao financiamento, à manutenção dos serviços e à preservação das práticas de cuidado comunitário. Essas mudanças afetam diretamente a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), criada para integrar diferentes níveis de atenção e garantir um acompanhamento contínuo das demandas em saúde mental. A RAPS estrutura-se a partir de dispositivos como a atenção básica, os Centros de Atenção Psicossocial, os serviços de urgência e emergência, os serviços residenciais terapêuticos, as unidades hospitalares de referência e os programas de desinstitucionalização, compondo um arranjo articulado capaz de atender à diversidade das necessidades da população.

Quando se considera a saúde mental docente, a relevância das políticas públicas torna-se ainda mais evidente. O magistério, caracterizado por condições laborais intensas e pela exposição a fatores estressores cotidianos, demanda um sistema de apoio institucional capaz de identificar precocemente sinais de adoecimento e oferecer suporte integral aos trabalhadores da educação. Nesse sentido, a RAPS apresenta potencial de atuação na atenção às necessidades dos professores, desde o acompanhamento ambulatorial em serviços de base territorial até a oferta de estratégias de reinserção social e laboral para aqueles afastados por transtornos psíquicos. Contudo, a fragilização dessas

políticas compromete a capacidade de resposta do Estado diante da crescente prevalência de transtornos mentais entre docentes, tornando urgente a retomada de investimentos consistentes, a ampliação da cobertura dos serviços e o fortalecimento das ações intersetoriais que articulem saúde e educação. Dessa forma, a análise desenvolvida por Oliveira e Santos (2024) evidencia a centralidade das políticas públicas de saúde mental como instrumentos de proteção à saúde docente e de sustentação do sistema educacional.

A sanção da Lei nº 14.819/2024 instituiu a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, configurando-se como um marco relevante na articulação entre educação e saúde no Brasil. Essa política estabelece como objetivo central a promoção da saúde mental de todos os atores que compõem o espaço escolar, abrangendo estudantes, docentes, demais trabalhadores da escola e também os familiares e responsáveis. Trata-se de um avanço normativo que reconhece a escola como espaço estratégico não apenas de formação acadêmica, mas também de fortalecimento de vínculos sociais, de prevenção de agravos e de promoção de bem-estar coletivo (Câmara dos Deputados, 2024).

O texto legal determina medidas voltadas à informação da sociedade sobre a importância da saúde mental no ambiente escolar e à ampliação do acesso da comunidade a serviços de atenção psicossocial. Nesse sentido, a política não se limita a ações pontuais, mas propõe a integração com a Política Nacional de Saúde Mental, buscando coerência entre diferentes níveis de atenção e iniciativas já existentes. A execução está vinculada ao Programa Saúde na Escola (PSE), sobretudo por meio de grupos de trabalho intersetoriais compostos por representantes da comunidade escolar e da atenção básica à saúde. Esses grupos assumem a responsabilidade de elaborar planos anuais de trabalho, nos quais devem constar as estratégias de promoção, prevenção e acompanhamento em saúde mental, assim como a definição de papéis e atribuições de cada participante envolvido no processo (Câmara dos Deputados, 2024).

Outro aspecto relevante da norma é a determinação de que as escolas tornem públicos os planos de trabalho, garantindo transparência e possibilitando acompanhamento pela comunidade. Ao término de cada ano letivo, os grupos intersetoriais deverão apresentar relatórios de avaliação, sistematizando as ações implementadas e os resultados alcançados, o que contribui para a criação de um processo contínuo de monitoramento e aperfeiçoamento da política. A União, por sua vez, compromete-se a apoiar as equipes responsáveis e a priorizar a implementação em regiões mais vulneráveis, reconhecendo a desigualdade territorial no acesso a serviços de saúde e educação de qualidade (Câmara dos Deputados, 2024).. Desse modo, a lei institui um mecanismo que, além de reforçar a intersetorialidade, busca enfrentar as disparidades sociais que afetam diretamente o desenvolvimento integral dos sujeitos no espaço escolar.

3.5 DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A implementação de políticas públicas no Brasil enfrenta obstáculos estruturais e conjunturais que influenciam diretamente sua efetividade. A formulação de medidas governamentais, ainda que respaldada por diagnósticos consistentes e por objetivos socialmente relevantes, encontra dificuldades quando submetida ao processo de execução em diferentes esferas administrativas. Entre os fatores que interferem nesse percurso, destacam-se a fragmentação institucional, a limitação orçamentária, a carência de mecanismos de monitoramento contínuo e a instabilidade provocada por mudanças frequentes de orientação política. Assim, o distanciamento entre a concepção normativa e a prática cotidiana revela-se um dos principais entraves à consolidação de programas que visam atender demandas sociais complexas.

A heterogeneidade regional acentua tais desafios, uma vez que as desigualdades socioeconômicas e a disparidade de infraestrutura entre municípios e estados repercutem na capacidade de execução das ações propostas. Regiões com menor disponibilidade de recursos materiais e humanos frequentemente encontram maior dificuldade para cumprir metas estabelecidas em âmbito nacional, gerando resultados desiguais e comprometendo a universalidade dos direitos assegurados. A coordenação federativa, nesse sentido, torna-se essencial, pois a ausência de articulação efetiva entre União, estados e municípios tende a provocar sobreposição de iniciativas, lacunas no atendimento e desperdício de recursos. A gestão intersetorial, embora prevista em diversos marcos legais, ainda encontra resistência prática diante de estruturas administrativas verticalizadas e pouco flexíveis.

Outro aspecto relevante refere-se à avaliação das políticas públicas, que muitas vezes não é realizada de forma sistemática ou permanece restrita a indicadores quantitativos que não contemplam a complexidade das ações sociais. A carência de instrumentos de acompanhamento adequados impede a identificação tempestiva de falhas e limita a possibilidade de ajustes necessários ao longo do processo de implementação. Ademais, a rotatividade de gestores, aliada à fragilidade de mecanismos de participação social, enfraquece a continuidade dos projetos e compromete sua legitimidade. Desse modo, a superação dos desafios relacionados à implementação de políticas públicas demanda esforços que articulem planejamento, gestão eficiente, participação cidadã e fortalecimento institucional, de modo a reduzir os descompassos entre a formulação legal e a realidade social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das fontes documentais e bibliográficas possibilitou identificar que a implementação de políticas públicas voltadas à educação e à saúde mental enfrenta entraves estruturais, normativos e culturais que comprometem a eficácia das iniciativas. Os resultados obtidos evidenciam que, embora exista uma preocupação crescente com a integração entre educação e atenção psicossocial, ainda se

verificam limitações no campo da prática institucional. A instituição da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, materializada pela Lei nº 14.819/24, exemplifica um avanço no reconhecimento da relevância da saúde mental em contextos educacionais, ao propor estratégias de articulação intersetorial, de planejamento participativo e de monitoramento contínuo. Contudo, sua materialização exige uma capacidade administrativa robusta e uma coordenação eficaz entre os diferentes níveis da federação e as unidades escolares, o que representa um dos maiores desafios de execução.

Os dados coletados em pesquisas sobre saúde docente reforçam a dimensão desse problema. Verificou-se que distúrbios de ordem mental, como a síndrome de burnout, o estresse e a depressão, são mais frequentes que os problemas físicos, impactando diretamente o desempenho dos profissionais e a qualidade das relações pedagógicas. Ao mesmo tempo, observou-se que docentes frequentemente optam por manter-se em atividade mesmo em condições de adoecimento, motivados pelo receio de prejudicar o andamento curricular e pela dificuldade de acesso a afastamentos devidamente reconhecidos. Essa constatação revela um padrão de desgaste que transcende a esfera individual e expõe a insuficiência de mecanismos institucionais de apoio e prevenção.

No âmbito da implementação de políticas públicas, constatou-se que o êxito das ações depende não apenas da formulação normativa, mas também da existência de instrumentos de gestão capazes de assegurar coerência, racionalidade e continuidade. A experiência brasileira mostra que muitas iniciativas são prejudicadas pela descontinuidade administrativa, pela fragmentação de competências e pela ausência de integração efetiva entre os setores responsáveis. A política de atenção psicossocial nas escolas, ao propor o fortalecimento de grupos intersetoriais vinculados ao Programa Saúde na Escola, sinaliza a tentativa de superar tais barreiras mediante a participação de representantes da comunidade escolar e da atenção básica. Entretanto, o êxito dessa medida dependerá da formação adequada das equipes, da clareza dos papéis institucionais e da disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Outro ponto relevante identificado diz respeito ao contraste entre a produção normativa e a realidade cotidiana das instituições escolares. As diretrizes estabelecem metas ambiciosas de promoção da saúde mental e de articulação com políticas públicas mais amplas, mas a prática revela um cenário de sobrecarga docente, infraestrutura deficiente e lacunas na capacitação dos profissionais de educação e saúde. As pesquisas evidenciam que professores, mesmo cientes dos riscos associados ao trabalho em condições adversas, continuam a priorizar a manutenção das atividades em detrimento do cuidado com a própria saúde. Esse comportamento se deve, em grande medida, a pressões sistêmicas relacionadas ao cumprimento de metas, à rigidez dos calendários escolares e à falta de apoio institucional adequado.

Nesse contexto, torna-se evidente que os resultados obtidos apontam para a necessidade de compreender as políticas públicas não apenas como instrumentos legais, mas como processos sociais complexos que exigem envolvimento comunitário, capacidade técnica e condições materiais para sua efetividade. A análise das informações indica que, enquanto a formulação normativa tem avançado em termos de reconhecimento da importância da saúde mental na educação, sua efetiva incorporação no cotidiano escolar ainda depende de mudanças estruturais mais amplas. Essas mudanças incluem a valorização do trabalho docente, a criação de redes de apoio interinstitucionais e a consolidação de mecanismos de avaliação permanentes, capazes de orientar ajustes e garantir maior aderência entre o previsto e o executado.

Assim, as análises críticas aqui expostas demonstram que a saúde mental dos profissionais da educação, quando negligenciada, compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e amplia os riscos de precarização da atividade docente. Por outro lado, a existência de políticas como a recentemente sancionada Lei nº 14.819/24 sinaliza um movimento institucional no sentido de reconhecer e enfrentar essa realidade. O desafio consiste, portanto, em transformar a previsão legal em práticas concretas, articuladas e sustentáveis, que assegurem não apenas o bem-estar da comunidade escolar, mas também a efetividade do direito à educação em condições adequadas de trabalho e de aprendizagem.

Os resultados também permitem refletir sobre um aspecto estrutural que ultrapassa as condições imediatas de saúde e trabalho, alcançando a dimensão cultural e ideológica que envolve a docência no Brasil. Observa-se uma contínua desvalorização da profissão, consolidada tanto no plano econômico, por meio de baixos salários e carência de recursos materiais, quanto no plano simbólico, pela associação histórica de que o ensino possui menor relevância social frente a outros campos profissionais. Essa desvalorização não ocorre de forma isolada, mas acompanha um cenário mais amplo de hegemonia do pensamento neoliberal, que prioriza a lógica produtivista e a formação voltada para a adaptação ao mercado, em detrimento de uma educação crítica, voltada à emancipação intelectual e ao desenvolvimento da cidadania ativa.

Essa orientação cultural e política repercute diretamente na satisfação profissional dos professores. A percepção de que sua função é reduzida a metas numéricas, padronizações e avaliações de desempenho em larga escala reforça sentimentos de esgotamento e frustração, uma vez que limita a autonomia pedagógica e esvazia o caráter transformador da prática educativa. Além disso, a sobrecarga de tarefas administrativas e a precariedade das condições de trabalho ampliam o desgaste físico e emocional, criando um ambiente em que a docência passa a ser percebida como atividade de risco, tanto do ponto de vista da saúde mental quanto da estabilidade profissional.

Nessa perspectiva, o adoecimento docente não pode ser interpretado apenas como efeito de demandas individuais ou do cotidiano escolar, mas deve ser compreendido como resultado de um processo histórico de desvalorização material e simbólica da profissão, associado às transformações sociais que privilegiam a lógica neoliberal em detrimento de políticas de valorização da educação pública. Ao situar a discussão nesse patamar, torna-se evidente que o enfrentamento do problema requer não apenas medidas de atenção psicossocial, mas também transformações estruturais capazes de assegurar condições dignas de trabalho, remuneração adequada e reconhecimento cultural do papel do professor como agente fundamental na construção de uma sociedade democrática e intelectualmente ativa.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada permitiu constatar que a saúde mental docente constitui um eixo central para a compreensão das condições de trabalho e para a avaliação da efetividade das políticas públicas voltadas à educação. Os resultados apontaram que a intensificação da jornada, a sobrecarga profissional e a precarização das estruturas escolares não apenas fragilizam o exercício da docência, mas também produzem consequências diretas no bem-estar psicológico dos profissionais, ampliando os índices de adoecimento e comprometendo a qualidade das práticas pedagógicas.

No campo das políticas públicas, observou-se que os avanços normativos, representados por legislações recentes, sinalizam o reconhecimento da necessidade de integração entre saúde e educação. Contudo, a discussão evidenciou que a distância entre formulação e execução permanece significativa, em razão de limitações estruturais, administrativas e culturais que dificultam a materialização das diretrizes previstas. A ausência de recursos adequados, a fragmentação de competências e a falta de mecanismos contínuos de monitoramento reforçam os obstáculos à efetivação das ações propostas.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecer a gestão pública, de ampliar os espaços de participação da comunidade escolar e de consolidar redes intersetoriais que promovam condições efetivas de atenção psicossocial. O estudo evidenciou que a construção de um ambiente educacional saudável depende da articulação entre formulação normativa consistente, práticas institucionais adequadas e valorização do trabalho docente. Assim, a conclusão central que emerge é a de que a saúde mental dos professores deve ser reconhecida como componente estratégico para a garantia do direito à educação e para a consolidação de políticas públicas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maracy Domingues; NETO, José Candido Pereira. Sofrimento psíquico no trabalho e estresse ocupacional em professores: causas e consequências. Revista Psicologia e Educação On-Line, v. 2, n. 2, p. 40-46, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei institui política nacional para promover saúde mental da comunidade escolar. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1032465-lei-institui-politica-nacional-para-promover-saude-mental-da-comunidade-escolar/. Acesso em: set 2025.

CAMPOS, Taís; VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria. Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental: uma revisão bibliográfica. Revista Docência do Ensino Superior, v. 10, p. 1-19, 2020.

CARVALHO MACHADO, Maria das Graças; CECÍLIO, Sálua. Adoecimento psíquico de professores: mapeamento e breve análise da literatura no período de 2018 a 2023. Itinerarius Reflectionis, v. 20, n. 3, p. 16-16, 2024.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. Estudos interdisciplinares em Psicologia, v. 7, n. 2, p. 64-85, 2016.

EUGÊNIO, Benedito; SOUZAS, Raquel; DI LAURO, Angela Dias. Trabalho e adoecimento do professor da educação básica no interior da Bahia. Laplage em revista, v. 3, n. 2, p. 179-194, 2017.

MARTINS, Reginaldo Neves. Adoecimento Mental Entre Professores No Brasil: Uma Revisão Narrativa Crítica Sobre Causas, Consequências E Possíveis Intervenções. Revista Missioneira, v. 27, n. 2, p. 3-10, 2025.

OLIVEIRA, Erik Cunha; SANTOS, Marcos Antonio Almeida. Políticas Públicas Em Saúde Mental E Trabalho Docente: Uma Revisão Crítica Da Literatura. Revista Contemporânea, v. 4, n. 10, p. e5997-e5997, 2024.

PEIXOTO, Reginaldo et al. Causas e consequências dos afastamentos de professores no município de Aparecida do Taboado-MS. Revista Profissão Docente, v. 20, n. 44, p. 01-16, 2020.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. Saúde e sociedade, v. 28, p. 135-153, 2019.

SANTOS, Karine David Andrade; SILVA, Joilson Pereira. Sentido de vida e saúde mental em professores: uma revisão integrativa. Revista da SPAGESP, v. 23, n. 1, p. 131-145, 2022.

SILVA, Geany Carla Barros; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Um estudo sobre a violência escolar e suas consequências. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 2, p. 7718-7731, 2020.

SILVA, Jerto Cardoso da et al. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. Psicologia Escolar e Educacional, v. 27, p. e242262, 2023.

SIMÕES, Jade Antunes; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva; SENA, Rosany Cecília. Processos de ensino-aprendizagem e a síndrome de burnout: reflexões sobre o adoecimento do professor e suas consequências didáticas. Revista ADM. MADE, v. 19, n. 3, p. 34-55, 2015.

SOUZA, Katia Reis et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 3667-3676, 2017.

SOUZA, Edna Maria Rodrigues de; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Adoecimento das professoras das primeiras letras em Olinda: sintomas, queixas e diagnósticos. Educação em Revista, v. 34, p. e188055, 2018.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. Saúde em debate, v. 42, p. 87-99, 2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO (TRT). Preservação da saúde mental de professores é desafio para escolas. Brasília, 2024. Disponível em: https://portal.trt12.jus.br/noticias/preservacao-da-saude-mental-de-professores-e-desafio-para-escolas. Acesso em: set 2025.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. Educação e Pesquisa, v. 48, p. e244193, 2022.